



SENADO FEDERAL

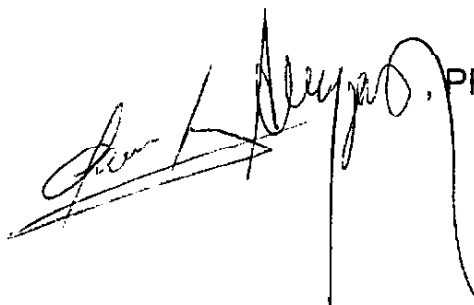
PARECER

Nº 1.197, DE 2006

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o
Ofício "S" nº 15, de 2006, de indicação
do Senhor advogado SÉRGIO
ALBERTO FRAZÃO DO COUTO para
compor o Conselho Nacional do
Ministério Público.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 08 de novembro de 2006, apreciando o relatório apresentado pelo Senador Luiz Otávio, sobre o Ofício "S" nº 15, de 2006, opina pela aprovação da indicação do Senhor advogado SÉRGIO ALBERTO FRAZÃO DO COUTO para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do inciso V, do art. 130-A, da Constituição Federal, por 16 votos favoráveis, — contrários e 01 abstenções, na vaga decorrente da renúncia do Senhor advogado Luiz Carlos Lopes Madeira.

Sala da Comissão, 08 de novembro de 2006.

 PRESIDENTE
RELATOR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: DES Nº 15 DE 2006

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 8/11/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE :	
RELATOR: <i>Senador Luiz Otávio</i>	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
JOÃO BATISTA MOTTA	6- TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA	9-LÚCIA VÂNIA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL, PPS e PRB ⁽⁵⁾)	
ALOIZIO MERCADANTE	1- DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPICY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4- PATRÍCIA SABOYA GOMES
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO	7-MARCELO CRIVELLA ^(2,3)
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-LUIZ OTÁVIO (RELATOR)
NEY SUASSUNA	2-GEOVANI BORGES
ROBERTO CAVALCANTI ⁽⁴⁾	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCA	4-ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO	5-WELLINGTON SALGADO
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 11/10/2006.

(1) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(2) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28.09.2005.

(3) O Partido Municipalista Renovador (PMR) passou a denominar-se Partido Republicano Brasileiro (PRB), conforme certidão expedida pelo TSE em 27.03.2006.

(4) Vaga cedida pelo PMDB ao PRB.

(5) O Partido Republicano Brasileiro (PRB) passou a integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 16.08.2006.

RELATÓRIO Nº , DE 2006

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício “S” nº 15, de 2006 (nº 191/2006-COP, na origem), do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, comunicando a eleição do Sr. SÉRGIO ALBERTO FRAZÃO DO COUTO para ocupar a vaga reservada à categoria no Conselho Nacional do Ministério Público, decorrente da renúncia ao mandato formulada pelo Sr. Luiz Carlos Lopes Madeira.

RELATOR: Senador LUIZ OTÁVIO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), tendo em vista o resultado da eleição realizada no dia 12 de setembro de 2006, faz do Senhor SÉRGIO ALBERTO FRAZÃO DO COUTO, advogado inscrito na OAB/PA sob o nº 1044, para ocupar a vaga reservada à categoria no Conselho Nacional do Ministério Público, em razão da renúncia ao mandato formulada pelo advogado Luiz Carlos Lopes Madeira.

A Constituição Federal atribui competência ao Senado Federal para aprovar, antes da nomeação a ser efetuada pelo Presidente da República, as indicações ao Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do art. 130-A.

O Conselho Federal da OAB, atendendo aos requisitos procedimentais estabelecidos pela Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, encaminhou o *curriculum vitae* do indicado, assim como as demais informações e declarações necessárias (art. 5º).

Nascido em Belém, Pará, em 16 de janeiro de 1947, o Sr. SÉRGIO ALBERTO FRAZÃO DO COUTO é bacharel em direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e pós-graduado em direito público pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. É advogado militante e professor concursado da cadeira de Direito Constitucional da Universidade Federal do Pará, tendo obtido o 1º lugar no certame. Possui importantes trabalhos publicados nas áreas de *Direito Constitucional* e *Eleitoral*, medalhas e honrarias recebidas de várias instituições, notadamente a Assembléia Legislativa do Estado do Pará, a Prefeitura Municipal de Belém, a Associação dos Defensores Públicos do Estado do Pará e a própria OAB.

O Advogado possui experiência profissional e acadêmica nas áreas de *Direito Comercial*, *Econômico*, *Eleitoral* e *Constitucional*, além de ser estudioso dos problemas socioeconômicos brasileiros.

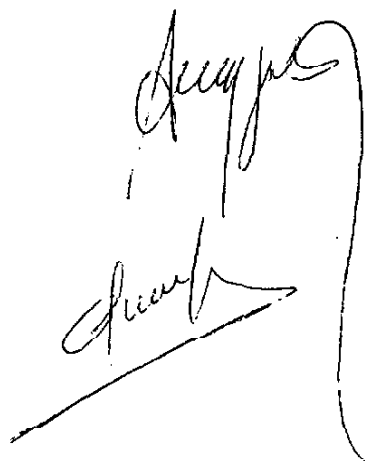
Representou a advocacia brasileira em vários eventos internacionais, notadamente o Encontro Internacional de Advogados Sul-Americanos (Miami/EUA, 1998), *Constitucionalismo Pan-Amazônico* (Rosário/Argentina, 2005), Encontro do Conselho de Colégio e Ordens de Advogados do Mercosul (Buenos Aires/Argentina, 2003, 2004 e 2005) e o I Encontro sobre *Constitucionalismo Pan-Americano* (Buenos Aires/Argentina, 2005).

Participou de inúmeros eventos como palestrante, com destaque para as exposições sobre “*Constitucionalismo Pan-Americano*”, no encontro internacional sobre o tema realizado na Argentina, em 2005, “*Atualidades e Perspectivas do Mercosul*”, na Espanha, e “*Problemas Éticos do Aborto de Fetos Anencefálicos*”, na XIX Conferência Nacional dos Advogados, em Santa Catarina, 2005.

Atuante em entidades profissionais, deixou sua contribuição na Escola Superior de Advocacia, como Reitor, no período de 1998 a 2000; no Instituto dos Advogados do Pará, como Vice-Presidente, de 1995 a 2004; na Associação Paraense de Defesa do Consumidor, como Presidente; no Conselho Nacional de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, como Conselheiro; na Academia Paraense de Jornalismo, como Membro Benemérito; e, entre outras, na Federação do Comércio do Estado do Pará, como Diretor.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação do Conselho Federal da OAB, nada mais havendo a ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2006.



, Presidente

, Relator

Publicado no **Diário do Senado Federal**, de 11/11/2006.